

A BATALHA DA BORRACHA: PROPAGANDA POLÍTICA E MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA A AMAZÔNIA DURANTE O ESTADO NOVO

Isabel Cristina Martins Guillen
Fundação Joaquim Nabuco

RESUMO

Ao promoverem a migração para a Amazônia, no contexto dos Acordos de Washington e da “Batalha da Borracha”, as autoridades governamentais do Estado Novo elaboraram um discurso em que acenavam com um futuro promissor. Tal discurso, que norteava a propaganda política da região, apagava as contingências e descontinuidades do programa de soerguimento econômico da Amazônia e da própria migração, colocando a todos uma grande missão: integrar a Amazônia ao corpo da Nação.

PALAVRAS-CHAVE: *Estado Novo (1937-1945); “Batalha da Borracha”; propaganda política; migração nordestina.*

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir a migração de trabalhadores nordestinos para a Amazônia durante o Estado Novo (1937-1945), quando se promoveu a “Batalha da Borracha”. Organizada como uma campanha nacional, ela foi o resultado de uma série de acordos firmados com os Estados Unidos (os Acordos de Washington) que objetivavam aumentar a produção de matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra (MARTINELLO, 1988).

Firmados em março de 1942, os Acordos de Washington previam ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em troca de uma série de matérias-primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil material bélico, financiamento para programas de saneamentos (Vale do Rio Doce e Amazônia) e abastecimento alimentar, dentre outros. Uma série de campanhas cívicas foram desenvolvidas, dentre as quais a “Batalha da Borracha”. Todos deviam se concentrar no esforço de guerra, e essas campanhas deveriam “conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira para o conflito” (GOMES, 1996: 130).

Respondendo ao apelo da propaganda, aos incentivos governamentais e, em decorrência da seca de 1942, cerca de 50 mil trabalhadores nor-

destinos se dispuseram (ou foram dispostos) a enfrentar a batalha da produção. Esses trabalhadores acreditaram que conseguiriam refazer suas vidas em bases mais seguras, uma vez que, além de arcar com os custos financeiros da viagem para a Amazônia, o Estado prometia encetar novos planos de colonização da região.

É importante compreender que a Amazônia era apreendida por um imaginário constituído de elementos contraditórios, onde sobressaía a imagem de uma floresta verde e pujante, misto de Éden e Inferno Verde¹. Para o migrante nordestino, a Amazônia era marcada por dois elementos que, ao contrário da escassez nordestina, havia em fartura: água e terra. Por outro lado, devemos considerar a tradição de migração para a Amazônia, principalmente no Ceará, sempre que a seca assolava os sertões nordestinos.

Grande parte da migração para a Amazônia ocorreu durante o último terço do século dezenove e princípio do vinte, quando a economia extrativa da borracha facilitou a arregimentação de trabalhadores pelos sertões do Ceará. Não é uma coincidência que na literatura seja recorrente a figura do “paroara”: aquele sujeito que migrou e voltou para o Ceará alguns anos depois, muito rico,

¹ Esse imaginário pode ser exemplificado pelas obras de Euclides da Cunha e Alberto Rangel. Ver GONDIM, 1994.

a esbanjar dinheiro e cantar as maravilhas da Amazônia. É uma figura central no imaginário nordestino quando se trata da migração para os seringais.

Por outro lado, é preciso considerar que a mesma tradição dava ao migrante conhecimento mínimo sobre a vida num seringal do Acre, seja por ter algum parente que tivesse ido para os seringais, por ter ouvido alguns cantadores nas feiras, ou mesmo nas conversas corriqueiras. Além da figura do “paroara”, o imaginário do migrante também era composto por figuras um pouco mais tenebrosas, da selva, das relações sociais dominantes nos seringais e, principalmente, das condições sanitárias da região.

Ao elaborarem um discurso que justificava as políticas públicas levadas a efeito na Amazônia, durante o período da Segunda Guerra Mundial, os ideólogos do Estado Novo buscaram conferir um sentido menos conjuntural aos seus projetos. Visavam apresentar tais medidas como um feito que redimiria a Amazônia do descaso governamental que a região vinha sofrendo desde a decadência da borracha. Ao mesmo tempo, apresentavam a campanha como uma solução para a questão dos camponeses nordestinos, que além de ganharem dinheiro, teriam facilidade para conseguir terras. Para tanto, lançaram mão, discursivamente, da “Marcha para o Oeste”, e a “Batalha da Borracha” passou a fazer parte da campanha bandeirante que visava integrar os sertões ao corpo da Nação².

Para o Estado Novo, o Brasil ainda não estava geograficamente integrado. Urgia ocupar o sertão; daí as campanhas da “Marcha para o Oeste” e da colonização da Amazônia. Ao alardear a fartura de terras sem donos, o regime atraía muitos migrantes que esperavam encontrar a terra e a liberdade de nela reconstruir suas vidas, tal como vinha acontecendo desde os anos áureos da borracha.

Por outro lado, a questão social no campo assumia, durante esse período, conotações explosivas. Especialmente para o Nordeste, o Estado Novo delineou algumas medidas saneadoras, promovendo um cerco ao banditismo, principalmente aos grupos de cangaceiros, bem como uma campanha de desarmamento do sertão, com o objetivo

explícito de controlar o poder dos coronéis. Evidentemente, sabemos que, no plano substantivo, a tensão social no campo era decorrente da concentração da terra e das relações sociais que privavam por sistemas coercitivos de trabalho, como o conhecido esquema de endividamento do trabalhador ao barracão da usina de açúcar — mecanismo semelhante ao utilizado nos seringais da Amazônia no início do século.

Dessa forma, entendemos a política de migração de nordestinos para a Amazônia como uma estratégia política para aliviar as tensões sociais no campo, simplesmente deslocando o problema para outro lugar, onde os conflitos poderiam ser abafados mais facilmente. Os incentivos para a migração começaram já em 1940, anteriores, portanto, aos Acordos de Washington, na forma de distribuição de passagens gratuitas para quem se dispusesse a migrar para a Amazônia. Ao mesmo tempo, resolvia-se em parte, e de forma bastante tradicional, o problema da seca que novamente grassava pelo sertão do Nordeste. Por outro lado, supria-se de mão-de-obra barata um setor da economia que estava em crise.

Objetivava-se, pelos Acordos de Washington, intensificar a produção de borracha, a ponto de suprir a necessidade bélica dos aliados, comprometida com o domínio do Japão sobre as regiões produtoras na Malásia. Pensava-se poder incrementar a produção para chegar a cem mil toneladas, pretensão que logo se percebeu impossível de ser concretizada, devido principalmente ao pouco interesse dos seringalistas em abrir mão do controle sobre o sistema extrativista.

Mas os recursos financeiros, colocados à disposição pelos Estados Unidos para a campanha da borracha, visavam principalmente aumentar a produção de forma extensiva, reincorporando os seringais abandonados desde o final do *boom* da borracha. Para tanto seria necessário aumentar a mão-de-obra, via migração³. Assim, montou-se pelo Nordeste e pela Amazônia uma rede de arrematação de trabalhadores que se dispusessem a ir para os seringais, com a construção de hos-

² Para uma análise da “Marcha para o Oeste” ver LEINHARO, 1986 e RICARDO, 1970. Para a questão da propaganda política durante o Estado Novo ver GOULART, 1990 e SOUZA, 1990.

³ Os Estados Unidos, que tiveram participação ativa na Batalha da Borracha, não só forneceram recursos financeiros, mas também montaram e participaram de uma série de organizações destinadas a sustentar a campanha, como o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e a Rubber Development Corporation (RDC). Ver CORRÊA, 1967.

pedarias com serviços médicos. Fabricou-se também, na Amazônia, um sistema de abastecimentos (papel que coube à Rubber Development Corporation, pela facilidade de importação dos Estados Unidos) e uma rede de transporte para levar os nordestinos migrantes para os seringais. Além de todo esse aparato, elaborou-se uma propaganda em que se prometia ao migrante amparo estatal, através da assinatura de um contrato de trabalho que, em linhas gerais, atacava o sistema de aviamento, responsável pela escravidão do seringueiro ao barracão, e um auxílio monetário para a família que ficava, além de dispensar todas as despesas com a viagem.

A elite amazônica que controlava a produção e comercialização da borracha, no entanto, não aderiu de pronto à campanha, apesar do incentivo à produção por preços mais altos do que os praticados no mercado internacional. A resistência maior se voltava contra a regulação do Estado, através do Banco de Crédito da Borracha e da Rubber Development Corporation, que controlavam, respectivamente, a comercialização da borracha e o abastecimento dos seringais, alijando as casas comerciais do lucrativo sistema de aviamento.

Quanto aos migrantes nordestinos, a preocupação maior era mascarar as reais condições de vida nos seringais e continuar a atrair novos contingentes de trabalhadores, uma vez que a escassez de mão-de-obra tornava-se flagrante devido à alta mortalidade e às constantes fugas. Por outro lado, a única possibilidade de aumentar a produção, mantido o sistema extrativista — uma vez que os seringais encontravam-se abandonados —, era via extensão da mão-de-obra. De fato, para o trabalhador que tinha migrado restava tentar sobreviver, enfrentando não só as agruras da selva amazônica e o arcaico sistema de aviamento implantado nos seringais desde o período áureo da borracha, mas tendo também que reelaborar substancialmente seus referenciais culturais, espaciais e temporais.

Discursivamente, contudo, apresentava-se o problema como parte de um plano global de colonização da Amazônia — um programa de desenvolvimento da região num contexto de economia de guerra e de crise da produção da borracha. Os nordestinos que para lá migrassem seriam os “soldados do trabalho”, contribuindo para a conquista e ocupação de uma grande região esquecida pelos poderes públicos, incorporando-a definitivamente ao corpo da Nação. Os “soldados do trabalho” seriam, assim, os novos bandeirantes.

Segundo Lenharo (1985), “a razão da fome, da seca, do sofrimento cede lugar à dimensão mítica de uma participação que se torna impositiva, em face do curso de uma tradição que converte a migração e a conquista numa obrigação patriótica a ser sempre reposta. [...] Da seca à conquista, o discurso esvazia o primeiro pólo, pelo qual deveria dar conta de suas responsabilidades e acentua o outro, o da participação obrigatória, miticamente formulada, a impulsionar o trabalhador, somente pelo trabalho, a tomar o seu lugar, intocável, de edificar do corpo do país” (LENHARO, 1985: 98).

II. SOLDADOS DA BORRACHA: PROPAGANDA POLÍTICA E MIGRAÇÃO

Como se disse, a assinatura dos Acordos de Washington desencadeou uma propaganda maciça em torno da migração para a Amazônia e da produção da borracha. Os migrantes que se engajaram na campanha ficaram conhecidos como “soldados da borracha” e ganharam *status* de combatentes de guerra.

Visando controlar a produção e racionalizar a migração, o governo federal criou uma série de instituições e organizações, dentre as quais se destacaram o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA) e, mais tarde, a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores (CAETA), o Instituto Agrônomo do Norte, a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAPP). Ou seja, um aparato nunca antes criado pelos governos federais anteriores. Tais instituições davam a aparência de que o governo federal estava realmente integrando a Amazônia ao resto do País, bem como os migrantes que para lá se dirigissem não ficariam desprotegidos.

No discurso do Estado Novo, o que era, na verdade, contingência e descontinuidade, transfigurou-se em epopéia, configurando um sentido e uma direção para o vivido. Desse modo, a campanha da Batalha da Borracha forjou a imagem de um trabalhador protegido, em primeiro lugar pela legislação, através de um contrato de trabalho que seria supostamente e de pronto cumprido pelos seringalistas; e, em segundo lugar, pela onipresença do Estado Novo, através dos órgãos criados, como a CAETA ou o SESP.

Um modelo de contrato de trabalho foi larga-

mente divulgado na imprensa nordestina, no qual se regulamentava desde a compra de gêneros alimentícios até a jornada de trabalho diária. Contudo, o contrato não se coadunava com as condições de extração do látex. No caso da jornada de trabalho, por exemplo, ela é determinada, no seringal, pelo ritmo do trabalhador e pelas condições naturais de processamento do látex. O látex colhido num dia não pode ser defumado no dia seguinte. No mais das vezes, a jornada de trabalho num seringal gira em torno de doze horas (ZANONI, 1979 e TEIXEIRA, 1980).

Quanto à assistência prometida, no Nordeste construiu-se uma série de hospedarias nas quais o migrante tinha alimentação e vestuário gratuitos, além de assistência médica desde o momento do alistamento, em que somente eram recrutados aqueles que passavam pela inspeção médica. Prometia-se auxílio monetário para as famílias dos trabalhadores que migravam e o recrutamento também previa a assinatura de uma espécie de termo de responsabilidade, nos quais, tanto a SEMTA quanto a CAETA previam assistência ao migrante na Amazônia.

Mas chegando ao seringal, a realidade era bem diferente. O aparato montado pelo Estado Novo não chegou a se expandir pelo interior da Amazônia. O SESP, que, sem dúvida, fez um trabalho sem precedentes em termos de saneamento, nunca saiu das cidades e nem chegou próximo a um seringal do Acre. Medicamentos que eram para ser distribuídos gratuitamente, como a atebriana no combate à malária, eram descaradamente vendidos pelos seringalistas. A Rubber sem dúvida se esforçou para manter o abastecimento dos seringais, vendendo seus produtos em Rio Branco por preços bem razoáveis para um tempo de guerra, mas ninguém fiscalizava o repasse na caderneta do seringueiro.

A propaganda do Estado Novo, no entanto, elaborava um discurso em que o migrante estaria protegido pela ação governamental. Mais do que migrantes, seriam soldados na batalha da produção. E além de soldados, teriam a chance de refazer suas vidas numa região para a qual se antevia um futuro promissor.

Entendemos aqui que a migração teve íntimas relações com a questão da terra, uma vez que o plano de “soerguimento econômico da Amazônia” dava uma coerência discursiva à política de migração, como se fosse seu propósito fixar o

homem à terra, povoando uma região que, “vazia”, não se integrava organicamente à Nação.

Esta questão respaldava-se nos projetos de colonização agrícolas que seriam implantados no Maranhão, Amazonas e Pará. Não é possível, pois, dissociar a migração do chamariz pela terra. Para os ideólogos do Estado Novo, tratava-se de apresentar projetos “racionais” de ocupação da terra, ordenados e sob controle do Estado, ao mesmo tempo em que a propaganda liberava mão-de-obra para os seringais. Para o migrante, era-lhe posto no horizonte a possibilidade de conseguir a reprodução da condição camponesa, com a aquisição de uma pequena propriedade numa terra que era apresentada como sendo de eterna fartura.

Desse modo, a possibilidade de conseguir uma gleba de terra constituía-se num dos elementos centrais da propaganda do Estado Novo para arremeter novos trabalhadores para os seringais. É exemplar, nesse sentido, uma série de artigos publicados na imprensa do Ceará, assinados por Pimentel Gomes, nos quais ele mostrava de maneira idealizada uma pequena propriedade no Acre e as possibilidades de se ganhar muito dinheiro com a borracha, desde que o trabalhador estivesse disposto a, acima de tudo, trabalhar muito⁴.

A propaganda elaborada para a Batalha da Borracha é vista aqui como uma estratégia de controle social que, ao se utilizar dos meios de comunicação de massa, buscava estabelecer mecanismos de persuasão no sentido de garantir a adesão coletiva ao regime. No caso específico da “Batalha da Borracha”, a migração para a Amazônia foi apresentada como uma ação patriótica, equiparando-se com os pracinhas da FEB, já que, para os soldados da borracha, tratava-se de ganhar a “batalha da produção”. Ao nos remetermos para o contexto nacional, percebemos que esta não foi uma ação isolada, uma vez que conecta-se com a criação da Coordenação de Mobilização Econômica, sob o comando de João Alberto, ao mesmo tempo em que decretava-se, no espaço urbano, o aumento da jornada de trabalho, a suspensão do direito de férias e a proi-

⁴ Publicada no jornal *O Povo*, de Fortaleza, durante os anos de 1942 e 1943. Pimentel Gomes foi o mentor de uma série de colônias agrícolas implantadas nesse período, em quase todos os municípios do Acre, e que, terminada a guerra, entraram em imediata decadência.

bição da mobilidade do trabalhador, considerado desertor aquele que abandonasse o emprego. Tais medidas davam para a indústria nacional mais chances de absorver o mercado interno na substituição das importações imposta pela guerra (CORREIA e NOGUEIRA, 1976).

O discurso do Estado Novo apresentava sua política e seus projetos como se estivessem se realizando no plano substantivo, sem resistências, críticas ou dissidências. O que ele enunciava como possibilidade de futuro, enunciava ao mesmo tempo como se estivesse acontecendo no momento presente, ou seja, como fato. O Estado Novo era assim o futuro que se concretizava.

Ao promoverem a migração em massa, as autoridades governamentais promoveram também uma propaganda da Amazônia e dos nordestinos, trabalhando discursivamente com dois grandes “acontecimentos”: a conquista do Acre pelos nordestinos e a Marcha para o Oeste. O modo como aproximam os dois “acontecimentos” numa linha de continuidade remete para uma discussão sobre as formas de apropriação do tempo histórico pelo poder.

Instituiu-se para a Amazônia dois tempos que se entrecruzavam: a conquista do Acre, que tinha por função se apropriar do passado dos trabalhadores nordestinos e reificá-lo num segundo tempo, instaurador de uma nova era: o Estado Novo que unificava as várias experiências, apresentando uma imagem homogênea da Nação e do Estado, superando os conflitos sociais.

Ao se estabelecer uma linha de continuidade entre os dois “acontecimentos” — qual seja, a obra dos “lendários nordestinos” com os novos “bandeirantes” que estavam travando a “batalha da produção” nos seringais — buscava-se legitimar a prática da migração como um grande benefício ao País.

Situando-o no terreno da história, os ideólogos do Estado Novo tentavam imprimir uma imagem de futuro: finalmente integrada ao corpo da Nação, a Amazônia alcançaria o progresso e o desenvolvimento que parte do País já desfrutava. Essa imagem de futuro naturalmente se constrói com a recusa de uma certa imagem do passado, reparado pela ação governamental que não mais deixaria a região abandonada. Ao mesmo tempo, instituiu um tempo comemorativo, um acontecimento que nascia em seu princípio como um monumento ao tempo de origem. Trata-se do “Discurso do Rio

Amazonas”, proferido por Vargas em Manaus e trabalhado pelo DIP na imprensa como um monumento, marco oficial da nova era.

Através da Marcha para o Oeste e do plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Estado Novo se considerava restaurador do passado, instituindo-se como origem do futuro e marco inaugural da história, que o discurso do Rio Amazonas consubstancia. Vargas inicia seu discurso lembrando o quanto a Amazônia povoa a imaginação nacional por sua grandeza e potencialidades virtuais. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta” são as vitórias que paulatinamente constroem uma nova terra, onde agora busca-se centrar esforço na “fixação do potencial humano”. “O nordestino, com seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E, ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. Já não podem constituir esses homens de resistência indobrável e de serena coragem, como nos tempos heróicos de nossa integração nacional, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais de progresso da terra, numa hora em que o esforço humano para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora” (VARGAS, 1941: 228-230)⁵.

5 Discurso pronunciado por Getúlio Vargas, na cidade de Manaus, no dia 10 de outubro de 1940, reproduzido na revista *Cultura Política* (VARGAS, 1941), com franco caráter comemorativo.

Estão presentes nesse discurso os elementos essenciais que norteiam a propaganda que visa arregimentar trabalhadores para os seringais: um tempo de heroísmos e uma nova era de prosperidade. Ao trabalhar com a imagem bíblica do “Vale da Promissão”, o discurso enuncia para os que migram o advento de um novo tempo, livre da escravidão e das pragas. Afinal, esta nova Amazônia, a terra prometida, finalmente cumpriria seu grande papel de acolher o povo escolhido, o migrante nordestino.

Este tempo é contraposto por sua outra face, que é a experiência de vida dos trabalhadores migrantes nos seringais e os vários tempos que se entrecruzam: de um lado, o passado da conquista do Acre, que a tradição cultural nordestina já tinha fixado no *paroara*, e, de outro, o tempo do trabalho nos seringais, em que as conversas nas hospedarias e nas ruas de Belém e Manaus desfazem de antemão o sonho de um nova era da borracha. Esse confronto nos mostra que o tempo, ainda que seja o esforço unificador do poder, não é vivenciado linearmente, constituindo um campo onde a experiência se constrói (THOMPSON, 1979 e LE GOFF, 1979).

III. DESFAZENDO O SONHO

A política de migração incentivada de nordestinos para a Amazônia remetia a questão para o contexto das discussões que se travavam, naquele momento, em torno da legislação social. É mais do que conhecido o fato de que o trabalhador rural ficou excluído dos benefícios da CLT, sob o argumento de que o ônus econômico sobre os proprietários rurais era muito grande, uma vez que ainda não tinham se recuperado da crise econômica de 1929/1930.

Por outro lado, em 1937, discutia-se na Câmara Federal um projeto denominado de Código Rural, que objetivava disciplinar o sistema de barracões dos engenhos e as relações de trabalho nos seringais. Ao elaborar a campanha de migração, os ideólogos do Estado Novo divulgaram um contrato de trabalho padrão, que seria assinado pelo migrante e pelo seringalista, dono do seringal, respeitando, portanto, as normas que o Código Rural procurava implementar para as relações de trabalho no campo. Procurava-se demonstrar que o Estado Novo se preocupava com o sistema de abastecimento dos seringueiros, visando impedir o seu endividamento com os seringalistas. No entanto, toda essa preocupação “trabalhista” fica desmascarada se associarmos ao contexto acima as dificuldades de

abastecimento enfrentadas num período de guerra e a tenaz oposição da elite amazônica, detentora do sistema de aviação que abastecia os seringais. Num primeiro momento, os seringais seriam abastecidos pela Rubber Development Corporation, que ficaria encarregada de distribuir medicamentos e aviaamentos aos seringueiros em lugares distantes. Porém, por pressão da elite amazônica, a Rubber passou a entregar os suprimentos diretamente aos seringalistas, que, por sua vez, os repassavam aos seringueiros. Os projetos de suprir diretamente estes últimos redundaram, portanto, num tremendo fracasso.

A partir de 1944, o afã pela Batalha da Borracha declina sensivelmente, principalmente porque estava em franco processo a substituição da borracha natural pela sintética. Percebe-se, neste contexto, que a Batalha estava terminada e que servira muito mais como propaganda do Estado Novo, uma vez que os resultados produtivos não foram significativos. O aumento da produção de borracha não chegou sequer para suprir as necessidades do mercado interno.

Mas a campanha serviu como forma de cooptação da elite amazônica ao regime. No decorrer do período, tanto o Banco de Crédito da Borracha quanto o RDC deram espaço político a essa elite, oferecendo cargos e incentivos econômicos.

Assim, o plano de colonização da Amazônia e a política de migração de nordestinos para os seringais durante o Estado Novo, mais do que ocupar uma região vazia para o corpo da Nação, apresentou-se como uma estratégia de desterritorialização do nordestino, visando quebrar sua resistência cultural, levando-os para um meio hostil e amarrando-os a uma cadeia de trabalho desumano e cruel (LENHARO, 1985). Os jornais do Nordeste, ao findar o ano de 1945, noticiaram a volta desses homens, maltrapilhos, doentes e famintos. Isto sem falar dos inúmeros que por lá ficaram vitimados pela malária ou pelos jagunços. O saldo desse apelo patriótico foi um tanto quanto trágico. Estima-se em cerca de vinte mil os migrantes que morreram nos seringais, mortes provocadas principalmente pela malária e pela fome, segundo dados divulgados pela comissão de inquérito da Assembleia Constituinte em 1946, que averiguou os resultados da Batalha da Borracha⁶.

⁶ Conforme foi publicado no relatório da CPI sobre a Batalha da Borracha em 1946, no BOLETIM Geográfico IV, 1946: 1135-1139.

A intervenção do governo federal na produção gomífera nada mais fez do que recriar as condições para a exploração do seringueiro, tais como existiam durante os primeiros anos deste século (SANTOS, 1980, PINTO, 1984 e WEINSTEIN, 1993). Segundo Warren Dean (1989), a incerteza quanto ao número de trabalhadores desaparecidos constitui um dos aspectos da tragédia que tinha se resumido em dar “sobrevida [...] ao arcaico e reacionário sistema de crédito e distribuição” da produção extrativa da borracha (DEAN, 1989: 151).

Efetivamente, o programa sofreu uma série de percalços, sobretudo burocráticos, que dificultaram a arregimentação dos trabalhadores, seu deslocamento para os seringais e o abastecimento dos mesmos. Aparecia, na propaganda, que coletar o látex era uma atividade relativamente simples e rendosa. Fotografias mostravam seringueiros bem dispostos ao lado de baldes cheios de leite, sinalizando a abundância da coleta. Na prática, os trabalhadores foram abandonados na selva, sem experiência, e, ao contrário do que dizia a propaganda, sem assistência, saneamento e abastecimento alimentar.

José Alfredo Leite Araújo foi um desses soldados da borracha. Como se tornou costume no regime de Vargas, quando muitos trabalhadores apelaram, através de cartas, para os sentimentos humanitários do Presidente que cuidava dos pobres, José Alfredo também escreveu uma carta ao ditador contando sua história. Apesar de um pouco longa, vale a pena reproduzi-la: “[...] Nos primeiros dias de janeiro de 1943, ao ler um dos jornais, com grande satisfação vi que V. Excia. havia decretado a mobilização voluntária de trabalhadores para o Vale do Amazonas e, como devido a minha idade ser 36 anos, e não poder ser convocado para as fileiras do nosso glorioso Exército, cheio de orgulho e certo de que, sendo um soldado da borracha, cumpriria assim com o meu dever, para com a minha pátria, procurei os dirigentes do SEMTA, a fim de seguir o destino ditado por V. Excia. Inscrito que fui, e depois de um rigoroso exame médico, fui incluído em uma turma de 300 homens que aliás foi a primeira a partir aqui do Rio, a 17 de janeiro de 1943, com destino a Belém. Lá chegando e, depois de examinado novamente, fui mandado para Porto Velho, hoje território Guaporé, uma terra onde em breve será uma potência. [...] Neste

lugar trabalhei algum tempo, indo trabalhar depois em um seringal no rio Paca Nova onde trabalhei seis meses, deixando o serviço por me achar com impaludismo, vindo para Porto Velho e sendo internado no hospital, onde não obtive melhora, fui mandado para Belém onde depois de examinado fui julgado retornado. Por me achar com impaludismo crônico e esgotamento de sangue, afinal me mandaram para Fortaleza onde me julgaram inapto para o serviço e finalmente enviado para o Rio onde me acho. Aqui chegando, procurei alguns canais da coordenação, a fim de esclarecer a minha situação, como fosse o estado de minha saúde, documento que durante a viagem me foi extraviado, infelizmente não fui devidamente atendido, disseram-me que o SEMTA acabou-se [...]. Se o SEMTA, como alguém me disse acabou-se, não foi mal pois alguns dirigentes não cumpriram com os seus deveres, mas a palavra, a promessa de olhar para os que lá estão, a justiça e o coração magnânimo de V. Excia. jamais se acabarão” (ARQUIVO Nacional, (Arquivo Nacional / Gabinete Civil da Presidência da República / Fundo Soldados da Borracha PR 25077/44).

Nem Vargas, nem nenhum outro governo da República reconheceu os direitos dos soldados da borracha. Para alguns daqueles que conseguiram sobreviver à vida nos seringais, o governo pagou a passagem de volta. Mas isso só aconteceu aos que conseguiram um atestado médico provando que estavam inaptos para o trabalho (MELLO, 1956). Muitos, desse modo, voltaram como puderam, sem assistência, trilhando a floresta como penitentes, flagelados do novo sertão, assombrando as cidades de Rio Branco, Manaus e Belém.

Em 1946 finalmente o País se dava conta da dimensão da leviandade com que a migração fora conduzida e da tragédia de seus resultados. Por toda a imprensa do país apareciam reportagens mostrando as condições dos soldados da borracha, alardeando o número de mortos e cobrando responsabilidades. O escândalo foi tão grande que o Congresso Constituinte decidiu formar uma comissão de inquérito. Ouviu-se uma série de autoridades responsáveis pelos programas, recriminou-se o Estado Novo. Os migrantes dependiam da caridade para poderem voltar. O sonho de uma nova era da borracha tinha terminado em pesadelo.

Recebido para publicação em julho de 1997.

Isabel Cristina Martins Guillen (guillen@fundaj.gov.br) é Pesquisadora do Departamento de História Social da Fundação Joaquim Nabuco e Doutoranda em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLETIM GEOGRÁFICO IV.** (1946). Rio de Janeiro, 45, dezembro.
- CORRÊA**, Luiz de Miranda. (1967). *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas.
- CORREIA**, Algenyr dos e **NOGUEIRA**, Rosa Maria Esteves. (1976). “A intervenção do Estado no domínio econômico: o caso da Coordenação da Mobilização Econômica”. *Dados*, 13: 134-150.
- CUNHA**, Euclides da. (1909). *À margem da História*. Porto, Lello & Irmão.
- CUNHA**, Euclides da. (1941). *Contrastes e confrontos*. Porto, Livraria Lello & Irmãos.
- DEAN**, Warren. (1989). *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo, Nobel.
- GOMES**, Ângela de Castro. (1996). *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- GONDIM**, Neide. (1994). *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero.
- GOULART**, Silvana. (1990). *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/MCT/CNPQ.
- LE GOFF**, Jacques. (1979). “O tempo de trabalho na crise do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno”. In: LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de idade média*. Lisboa, Editorial Estampa.
- LENHARO**, Alcir. (1985). *Colonização e trabalho no Brasil: amazônia, nordeste, centro-oeste*. Campinas, Editora da Unicamp.
- LENHARO**, Alcir. (1986). *Sacralização da política*. Campinas, Papyrus.
- MARTINELLO**, Pedro. (1988) *A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico*. Rio Branco, Universidade Federal do Acre.
- MELLO**, Alcino Teixeira de. (1956). *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Imigração e Colonização.
- PINTO**, Nelson Prado Alves. (1984). *Política da borracha no Brasil. A falência da borracha vegetal*. São Paulo, HUCITEC/Conselho Regional de Economia.
- RANGEL**, Alberto. (1927). *Inferno verde*. 4ª ed. Tours, Typ. Arrault & Cia.
- “Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Batalha da Borracha”. *Boletim Geográfico IV* (1946): 1135 - 1139
- RICARDO**, Cassiano. (1970). *Marcha para oeste*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- SANTOS**, Roberto. (1980). *História econômica da Amazônia*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- SOUZA**, José Inácio de Melo. (1990). *A ação e o imaginário de uma ditadura. Controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, ECA/USP.
- TEIXEIRA**, Carlos Corrêa. (1980). *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal (Estudo sobre a produção extrativa da borracha na Amazônia)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP.
- THOMPSON**, E. P. (1979). “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”. In: THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Grijalbo.
- VARGAS**, Getúlio. (1941a). “O discurso do Rio Amazonas”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, 1(8): 228-230, out.
- WEINSTEIN**, Bárbara. (1993). *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP.
- ZANONI**, Mary Helena Alegretti. (1979). *Os seringueiros. Estudo de caso em um seringal nativo do Acre*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB.